

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Estado pode receber quase R\$ 1 bilhão em emendas

É esperada liberação imediata de R\$ 538 milhões pelo governo federal

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O governo federal deve destinar, através de emendas parlamentares do Congresso Nacional, R\$ 986 milhões para ajudar no resgate de vítimas de enchentes e reconstrução de áreas atingidas no Rio Grande do Sul.

Segundo informou o ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta (PT-RS), uma verba de R\$ 538 milhões deve ser autorizada imediatamente para ser repassada ao Estado através de emendas individuais da saúde e, até quinta-feira, mais R\$ 448 milhões podem ser repassados através de emendas individuais de outras áreas.

“Estão sendo liberados a partir de hoje (segunda-feira) R\$ 538 milhões na área da saúde e, possivelmente na quarta, se vota no Congresso a liberação de emendas especiais de R\$ 448 milhões. Mas ainda tem muitos parlamentares que precisam definir para onde vão suas emendas e, uma vez definido, em 24h-48h as emendas serão pagas”, explicou o secretário especial de Assuntos Federativos André Ceciliano.

Ainda é esperada a liberação de mais R\$ 80 milhões em emendas de bancadas para a área da saúde, que elevaria a cifra para R\$ 1,066 bilhão. Os valores foram definidos após reunião de minis-



LUCAS LEFFA / GOVERNO FEDERAL / DIVULGAÇÃO / JC

Ministro Paulo Pimenta disse que a grande tarefa é agilizar os recursos

tros com bancada federal do Rio Grande do Sul, composta por deputados e senadores gaúchos.

O governo federal afirma que podem chegar novos recursos futuramente, segundo destacou Pimenta e confirmou Ceciliano. O foco é agilidade para que o dinheiro se transforme em ações efetivas. “De parte do governo federal não vai faltar recurso, mas não adianta o recurso se não tiver agilidade. A grande tarefa do momento é fazer chegar com rapidez esse recurso”, declarou Pimenta.

O envio dos R\$ 448 milhões em emendas especiais de áreas diversas necessita de uma autorização da Comissão Mista do Orçamento, do Congresso Nacional, que deve se reunir hoje para deliberar possível autorização amanhã.

O ministro Pimenta citou

uma série de questões prioritárias para o governo federal no combate às enchentes. A primeira, evidentemente, é a vida das pessoas e o resgate dos ilhados. Depois, são problemas de abastecimento até o trabalho de limpeza e desobstrução de vias.

Pimenta cita também as dificuldades de abastecimento. “São mais de 600 homens para suprir essa necessidade mínima de abastecimento. Temos cidades sem diesel. Precisamos resolver a questão da Refap em Canoas, pois, se não resolvermos a saída da refinaria, não temos como fazer com que o diesel possa chegar nos municípios. Além disso, há municípios ilhados, sem água, sem alimentos e temos um problema grave de insumos que começam a faltar em hospitais”, relatou Pimenta.

## Governo federal abre escritório em Porto Alegre

Foi instalado ontem um escritório de monitoramento do governo federal em Porto Alegre para centralizar as ações da União no enfrentamento às enchentes. Em sede da Caixa Econômica Federal, localizada na avenida Independência, uma via mais elevada, os ministros montaram um “QG” governamental onde devem ocorrer reuniões para coordenar as ações.

“Tudo exige uma organização junto com o governo do Estado, com as prefeituras, com o comando do 3º Exército”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta (PT), que deve coordenar o núcleo interministerial na capital gaúcha.

Estão no Rio Grande do Sul representantes, além da Secom, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério dos Transportes do Brasil (com o ministro Renan Filho), Ministério da Saúde (ministra Nísia Trindade), Integração e Desenvolvimento Regional (ministro Waldez Góes), Casa Civil, Defesa Civil, Secretaria Especial de Assuntos Federativos, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

“Às vezes, precisa de 10, 20 ministérios para atender uma demanda, como já aconteceu no Vale do Taquari (no ano passado), e agora mais ainda”, afirmou Wal-

dez Góes, ministro do Desenvolvimento Regional.

Titular da Saúde, Nísia Trindade disse ser importante demonstrar que o governo federal está auxiliando nas ações: “O escritório significa demonstrar não só o compromisso do governo federal, mas o nosso papel de organização de esforços tão importante nos municípios”.

O governo federal deverá passar a deliberar não só a liberação dos recursos necessários para a reconstrução do Rio Grande do Sul, como as ações específicas de cada pasta e o recebimento das demandas dos prefeitos municipais e do próprio governo do Estado.



Repórter Brasília  
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Mudança nos Ministérios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), poderá antecipar ainda para o primeiro semestre de 2024, a mexida na equipe ministerial. Até então, a ideia era fazer a mudança no final do ano, mas na leitura que fazem alguns parlamentares, o presidente Lula tem cobrado de ministros uma velocidade decisória maior. Crescem cada vez mais as especulações, principalmente, no alto escalão do Governo, nos meios petistas e também no Congresso Nacional a sensação de que Lula fará alguns ajustes na equipe da Esplanada, antes mesmo das eleições municipais.

## Golpe do Pix

O governador Eduardo Leite (PSDB) alerta para o golpe do Pix que começou a ser aplicado por criminosos, aproveitando a tragédia que envolve todo o Estado gaúcho. O deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), repetiu ao Repórter Brasília, uma frase, “como diz o castelhano: Hecha la ley, hecha la trampa. Isso sempre houve, sempre que tem a lei, tem a regra e vem os tramosos”.

## Problema do Pix

Na avaliação do parlamentar, que atuava no sistema financeiro antes de ser deputado (bancário do Banco do Brasil), “o PIX tem como controlar, e aí o sistema bancário está se omitindo. Ele só funciona passando pelos bancos, não existe PIX fora do sistema”.

## Banco deve validar

Pompeo de Mattos garante que “o banco pode reter o PIX, pode investigar. Sempre que tiver um grupo de PIX, o banco sabe. Então, que o Banco Central certifique, que valide o PIX, até antes de liberar. Só depois de certificar”.

## Projeto de Lei

O deputado Pompeo de Mattos vai apresentar um projeto de lei contra esse tipo de golpe. Ele explica: “Pix individual pode, mas sempre que houver uma vaquinha eletrônica, o Banco Central tem que reter, certificar, e só depois validar; sob pena de o banco ser responsabilizado”, argumenta.



PDT/DIVULGAÇÃO/JC

## Cidadão logrado

O parlamentar acrescenta: “o cidadão está sendo logrado. Culpar os bandidos, tudo bem culpar bandido, mas o bandido sempre será bandido, e aí que vale o ditado espanhol da “trampa”. O que não pode é o tramposo se beneficiar do sistema. O Banco Central tem como controlar”, responsabiliza Pompeo.

## “Orçamento de guerra” andando

O governo federal e o Congresso Nacional já começaram a tratar nesta segunda-feira (6) a elaboração de um “orçamento de guerra”, com um pacote de socorro ao Rio Grande do Sul, conforme prometeram os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e o presidente Lula. Equipes técnicas, ministros, deputados e senadores, começam a construir as regras específicas do pacote financeiro. Mais de 430 mil pontos estão sem luz, e quase um milhão de residências não têm água potável, alguns poucos estão se utilizando de poços artesianos.

## Corrente de solidariedade

A campanha de solidariedade em favor da população do Rio Grande do Sul continua comovendo todo o País. “A OAB/DF, iniciou neste final de semana uma campanha de arrecadação de mantimentos, roupas, água, cobertores e colchões”, afirmou a vice-presidente, Lenda Tariana, destacando a importância desta corrente de solidariedade.